

16 fev 2007 / 00:00

## Moção Global apresentada por Ana Paula Amaral (1ª subscritora)

### ROMPER O CERCO

Documento apresentado nos termos do Artº 9º, 2. b) do Regulamento do Congresso, por professores sindicalizados.

Primeiro Subscritor: Ana Paula Amaral - SPGL

#### Em que situação se encontram a Escola e os seus profissionais?

- Professores contratados directamente pelas escolas, com total desrespeito pela lista graduada nacional;
- Professores a trabalharem, a recibo verde, contratados por empresas privadas;
- Milhares de colegas contratados continuam em situação precária, muitos com mais de 10 e 15 anos de serviço;
- Aumento do horário e trabalho lectivo;
- Congelamento da progressão na carreira;
- Anúncio da existência de 20 mil professores ?excedentários? nos Ensinos Básico e Secundário, dos Quadros de Zona Pedagógica, e previsão do despedimento de 4 mil contratados;
- Ameaça de despedimento de quase 2 mil docentes no Ensino superior, em consequência dos cortes orçamentais e da implementação do Processo de Bolonha;
- Abaixamento em 10% dos salários reais dos professores, nos últimos 8 anos (tal como os restantes funcionários públicos);
- Aumento da idade e do número de anos de trabalho necessários para a aposentação;
- Destruição do Estatuto da Carreira Docente, para dar lugar a um regime jurídico que só permite o acesso de 30% à categoria de ?professor titular?;
- Fomento do individualismo e da ?competitividade?;
- Fecho de centenas de escolas, em particular de escolas do 1º Ciclo, sobretudo nas aldeias e zonas do interior, no quadro de um plano para encerrar 4500;
- Campanha pública de descrédito do conjunto dos professores, considerados como os bodes expiatórios de tudo o que de mau se passa nas escolas.

Eis um retrato do corpo docente e da situação nas escolas portuguesas que, ainda há poucos anos, podiam trabalhar num quadro de cooperação, com base numa gestão democrática decorrente de Conselhos Escolares (no 1º Ciclo e nos Jardins-de-infância) e de Conselhos Directivos e Pedagógicos (nos Ensinos básico e secundário).

Como foi possível chegar a este estado de coisas?

Para onde se caminha?

Como romper o cerco onde fomos metidos?

## **Um processo de destruição da Escola pública e dos seus profissionais**

Baixar os gastos com a Educação ? à custa da redução do número de professores e do abaixamento dos seus salários ? é um objectivo do Governo, para cumprir a exigência de redução do défice do Orçamento do Estado, imposta pela Comissão Europeia.

Mas, destruir o Estatuto da Carreira Docente (ECD) visa mais objectivos. Se olharmos para a situação de trabalho precário e desregulamentado que tende a generalizar-se em todos os locais?? em nome da competitividade e do aumento da taxa de exploração ? poderemos prever o sentido das políticas contra os professores. Poderemos prever a gravidade das consequências de uma soma de docentes individualizados, acríticos, disciplinados pelo medo de uma avaliação negativa, em relação à sua capacidade de encontrar e pôr em prática respostas educativas coerentes, como o exige a população escolar.

Poderemos prever como será mais fácil aos Conselhos Executivos impor as políticas de privatização, de destruição dos currículos, de desmantelamento do Ensino público.

Não será para isto que se caminha, quando é privatizada uma parte do currículo nacional do 1º Ciclo, entregando as respectivas disciplinas a empresas privadas contratadas pelas autarquias?

Não será isto que está a ser preparado também no 2º Ciclo, quando se anuncia que o ?tronco fundamental? das disciplinas será da responsabilidade de um único professor-tutor (a ser coadjuvado nas restantes por outros), ou se obriga os professores dos 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário a garantirem ?aulas de substituição? em áreas que nada têm a ver com as disciplinas que leccionam?

Não terá toda esta política a ver com o compromisso assumido pelo Governo português ? em conjunto com outros governos da União Europeia ? de substituir os programas e o currículo nacional por um conjunto de ?competências-chave?, no âmbito do Quadro Comum Europeu de Competências?

Não implica esta política um processo de destruição da qualificação do ensino e da coesão nacional ? e, por aí mesmo, avançar na destruição da nação portuguesa?

Destruir o Sistema de ensino, para destruir a nação portuguesa, no mesmo processo de desmantelamento de todos os serviços públicos e da organização do Estado onde estão integrados.

O processo de destruição da carreira docente, condição necessária para desmantelar a Escola pública, integra-se no processo geral de desmantelamento dos serviços públicos e de ataque aos seus trabalhadores, no quadro da aplicação do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), da Lei da Mobilidade e de uma nova lei que está na forja, que visa retirar o vínculo a todos os funcionários públicos, de acordo com o Parecer da Comissão para a Revisão do Sistema de Carreiras e Remunerações da Função Pública.

Trata-se de uma ofensiva geral ? que está a ser levada à prática em todos os países da União Europeia ? com o epicentro nas directivas emanadas da Comissão Europeia.

## **Uma política que vem de longe, que tem uma linha de continuidade**

Há 3 anos ? aquando da realização do nosso VIII Congresso ? a moção global subscrita pela direcção da FENPRO denunciou as políticas do governo de Durão Barroso, que iam da imposição de Agrupamentos de escolas à municipalização do ensino, bem como da revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo à ameaça de um novo Estatuto da Carreira Docente.

Nesse Congresso, foi apresentada outra moção global ? subscrita por mais de 200 sindicalizados ? que analisava a mesma política, mas a relacionava com as exigências da União Europeia, e defendia que a FENPROF propusesse uma acção unida com todas as outras organizações sindicais da Administração pública e se dirigisse publicamente às Centrais sindicais, para que fosse organizado um plano de acção conjunto capaz de unir todos os trabalhadores para derrotar a política emanada de Bruxelas. O Congresso recusou esta moção global.

Os delegados que tinham sido eleitos com base nesta moção global ? em conjunto com muitos outros presentes no VII Congresso ? propuseram, numa moção sectorial, a exigência de revogação do Dec.-lei nº 115/98 e da Lei nº 24 /99 de 22 de Abril, para acabar de vez com o processo de agrupamento de escolas construído sobre uma matriz que a FENPROF vinha denunciando.

O Congresso não aceitou aprovar a exigência da revogação dessa legislação, e os agrupamentos de escolas continuaram a ser implementados.

Passado um ano, constituiu-se o governo de Sócrates que se propôs levar ainda mais longe, e de forma mais célere, os planos de Bruxelas.

A actual Ministra da Educação apoiou-se nesses agrupamentos e nos seus Conselhos Executivos para poder impor aos professores ??através dos Despachos 17387 e 16795, publicados em 2005 ??o aumento do horário de trabalho dos professores do 1º Ciclo e dos educadores de infância, bem como as ?aulas de substituição? nos 2º e 3º Ciclos e (neste ano lectivo) também do Ensino Secundário, preparando a polivalência de funções dos docentes e a criação do ? ensino das competências? em lugar dos programas nacionais.

## **Não é por falta de mobilização dos professores que estamos nesta situação**

Muitos milhares de professores e educadores participaram em mobilizações fortíssimas, aspirando à revogação dos Despachos de ?regulamentação da componente não lectiva?.

A direcção da FENPROF ? nunca assumindo a exigência dessa revogação ? pediu a sua ?suspensão? e negociação?.

Entretanto, os Despachos continuaram a ser implementados.

Em seguida, a Ministra da Educação apresentou um projecto de ?Estatuto da Carreira Docente?, que os dirigentes de todas as organizações sindicais dos professores consideraram tratar-se de um dispositivo para destruir a carreira profissional dos docentes.

Dezenas de milhar de professores e educadores encheram a Avenida da Liberdade e o Rossio, em Lisboa, exigindo a retirada desse projecto.

No seguimento desta mobilização, as escolas paralisaram a nível nacional.

E, no entanto, as direcções sindicais da FENPROF jamais exigiram esta retirada. Jamais assumiram a defesa do EC existente, antes exigindo ?negociar, negociar, negociar?? a proposta de ECD da Ministra.

O resultado desta ?negociação? está à vista: a publicação do ataque central aos professores, com a designação de ? Regime jurídico da carreira docente?.

Agora, para que este ?regime? seja aplicado, terá ainda que ser ?regulamentado?.

E, de novo, as direcções sindicais se sentam à mesa do Ministério da Educação, para regulamentar a ofensiva destruidora do Estatuto da Carreira Docente.

O que vão ganhar a FENPROF e os professores com esta ?regulamentação??

## **O que fazer? Como romper o cerco?**

A experiência já mostrou para que serviu não exigir a revogação do Dec.-lei e da Lei da Assembleia da República que institucionalizaram a chamada ?autonomia? das escolas e dos agrupamentos. Para que serviu aconselhar os professores a candidatarem-se para os Conselhos Executivos (como o fez a FENPROF), em nome da democratização dos mesmos.

A experiência já mostrou para que serviu não exigir a retirada do Dec.-lei dos Quadros e Concursos, cuja primeira versão foi da autoria dos governos de Durão Barroso e de Santana Lopes; tal como o mostrou o facto de não ter sido dada uma continuidade à mobilização nacional para exigir a revogação dos despachos que instituíram o aumento do horário lectivo, no 1º Ciclo e jardins-de-infância, e a exigência das aulas de substituição nos outros graus de ensino.

Não foi a aplicação de todas estas medidas ? num quadro de continuidade assumido pelos sucessivos governos, todos subordinados às directivas da UE, ao mesmo tempo que os professores e educadores iam ficando desarmados, sem uma linha de orientação para uma resistência firme e lúcida ? que levou ao constante descontentamento dos

professores com os seus sindicatos, a começar pelos nossos?

Sobre este plano ? e num quadro de uma campanha mediática contra os professores e contra os funcionários públicos ?, o Governo achou reunidas as condições para fazer um salto qualitativo na aplicação das suas medidas, através do novo Regime Jurídico da Carreira Docente, para liquidar o nosso ECD.

Jamais exigindo a sua retirada, reivindicando antes a negociação do golpe que se prepara, nunca colocando o processo de destruição dos serviços públicos e do Estado Nacional ? e, portanto, da necessidade de uma acção em comum, a começar pelos outros trabalhadores imprescindíveis nas escolas (os auxiliares da acção educativa) ?, eis a situação de armadilha a que se chegou.

A experiência mostra que o caminho para obrigar o Governo a recuar não passa por negociações de pacotes de ataques, passa pela mobilização unida dos professores e dos outros trabalhadores da Educação, na base das nossas reivindicações, assegurando neste processo a independência e o reforço dos nossos sindicatos.

É assim que, em consequência, os professores e educadores abaixo assinados ? conscientes da gravidade e da complexidade da situação para os docentes e para os seus sindicatos ? consideram que o IX Congresso da FENPROF deve aprovar o seguinte:

- Retirada do novo Regime Jurídico da Carreira Docente dos educadores e professores dos Ensinos Básico e Secundário. Abandono da mesa das negociações para a ?regulamentação? deste Regime, rejeitado massivamente pelos professores. Retoma do ECD;
- Revogação dos despachos 17387 e 16795 de 2005, que aumentam o horário de trabalho e criam as aulas de substituição;
- Revogação da Lei dos Quadros e Concursos de Durão Barroso. Reposição do concurso anual e nacional, com total respeito pela lista graduada nacional;
- Revogação dos decretos e leis da ?autonomia das escolas?. Reorganização das escolas, com base na gestão democrática assente nos Conselhos Directivos e nos Conselhos Escolares;
- Reorganização das equipas de ensino especial;
- Revogação dos Despachos que instituíram a passagem das actividades de Expressão Artística e Educação Física da Música e do ensino da disciplina de Inglês para a responsabilidade de empresas privadas contratadas pelas autarquias. Manutenção destas disciplinas no currículo nacional, asseguradas por professores colocados pelo ME;
- Defesa de todos os postos de trabalho ameaçados pelo fecho de milhares de escolas. Defesa do direito das crianças a terem uma escola perto da sua área de residência. Fim ao encerramento de escolas;
- Apelo aos professores e educadores para que se reúnam, por toda a parte, para debaterem a situação e encontrarem formas de acção que levem à organização da resistência e mobilização, que ponha um travão nos ataques e leve à retirada do novo Regime Jurídico da Carreira Docente dos educadores e professores, bem como de todas as leis e despachos contra a Escola Pública;
- Apelo às direcções das Centrais sindicais para que concertem um plano de mobilização nacional que imponha a retirada das reformas do Estado ? nomeadamente do PRACE e da Lei da Mobilidade ? de forma a serem devidamente assegurados todos os serviços públicos consignados na Constituição da República.